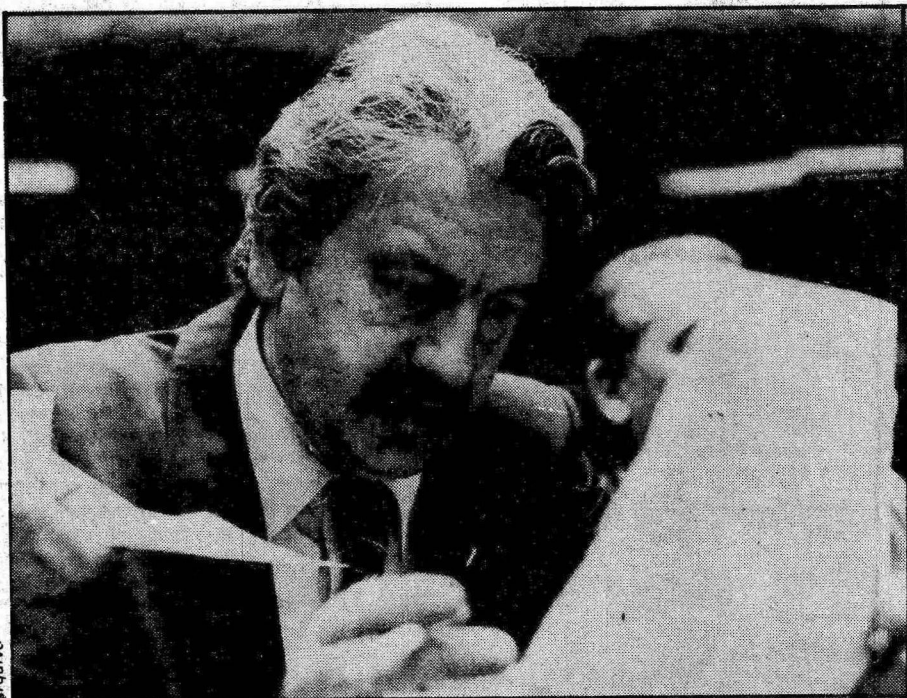
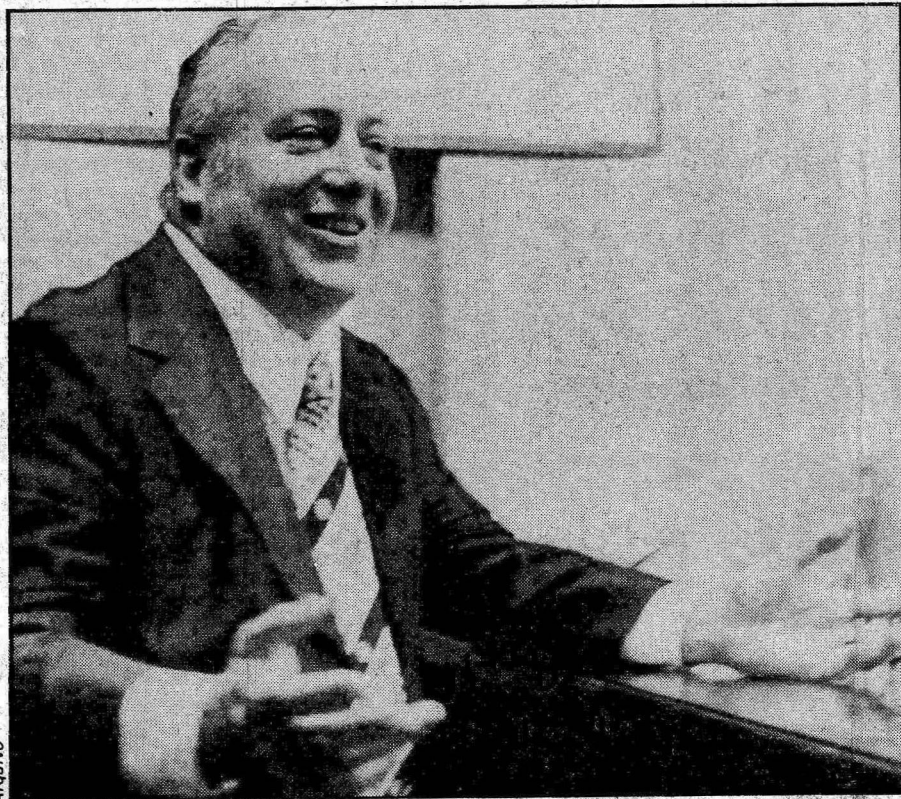


Eleição no DF depende de apoio de dissidentes do PDS

Area Octogonal



Fruet (acima) quer o voto no DF e Furlan a organização partidária



Voto beneficiaria 500 mil

Faltando apenas cinco dias para a votação da emenda constitucional do deputado Maurício Fruet, tudo parece indicar que ainda não será desta vez que os 500 mil eleitores brasileiros conquistarão o direito ao voto.

Além de ser considerada por muitos parlamentares como muito ambiciosa, por tentar solucionar a questão da representação política do Distrito Federal, juntamente com o problemas da autonomia para os municípios de segurança nacional, as capitais de Estado e estâncias hidrominerais, a emenda de Fruet poderá não contar com os votos necessários para sua aprovação.

O presidente do PMDB-DF, Maerle Ferreira Lima, sustenta, porém, que o Governo não tem nenhuma condição de manter por muito tempo o Distrito Federal excluído da Nação. Um de seus argumentos é o fato de que países vizinhos e democráticos, como os Estados Unidos, o México e a Venezuela

têm representação política, apesar de diferenciadas, para seus distritos federais. "Até hoje", comenta Maerle, "não se tem notícia de que o poder central instalado nas capitais desses países tenham sofrido as influências nefastas advindas da participação política de suas populações".

O que há, na verdade, segundo Maerle, "é um profundo desconhecimento e ignorância por parte de determinados políticos, que não têm, honestamente, capacidade para desempenhar as funções que ocupam".

A proposta que seu partido defende para Brasília é muito semelhante à que existe em Washington, Cidade do México, e Caracas. Maerle, informou que seu partido analisou os três casos e decidiu propor, para esta etapa, uma representação a nível de Assembléia Legislativa, Câmara e Senado, embora defendam as eleições diretas para todos os níveis.

O apoio de diversos parlamentares do PDS, que se dispuseram a votar contra a orientação de sua liderança, é o principal trunfo com que conta o deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) para ver aprovada sua emenda, no dia 26. Além da representação política para o Distrito Federal, a emenda propõe a autonomia municipal para as capitais estaduais, estâncias hidrominerais e municípios considerados de segurança nacional, que têm atualmente seus prefeitos nomeados pelo Presidente da República.

Na última semana de preparação da votação, o PMDB vem realizando um esforço concentrado, no sentido de trazer a Brasília o maior número possível de parlamentares, além do trabalho de contatos com colegas do partido do governo, que deverão decidir, pela sétima vez, o destino político da capital. Como serão necessários 211 votos favoráveis, o PMDB precisará contar com o apoio mínimo de 13 dissidentes do PDS, cuja liderança deverá ter uma posição contrária à emenda, seguindo orientação do Palácio do Planalto.

Maurício Fruet está otimista e afirma contar com apoio secreto de nove deputados pedessista: "tudo o que poderia ser feito já foi realizado e agora só nos resta contar com a sensibilidade de alguns parlamentares do PDS, que decidirão se Brasília terá ou não sua representação política prorrogada".

PROVIDENCIAS

Nesta semana, a liderança do PMDB já enviou telegramas a todos os seus parlamentares, enfatizando a necessidade de estarem no plenário às 11 horas do próximo dia 26, terça-feira. Além disso, telegramas foram enviados a todos os presidentes municipais de partidos, nos locais que se beneficiarão com a aprovação da emenda: capitais, municípios de segurança nacional e estâncias hidrominerais. Aos membros do PDS, nesses municípios Fruet solicita que façam esforços a partir das bases, no sentido de que seja sensibilizada a bancada do Governo.

Em Brasília, o PMDB local vem concentrando seus esforços na realização do Ato Público do Gama, no próximo domingo, levando caravanas de parlamentares e participantes do movimento pró-voto no DF.

GOIANOS APOIAM

Os parlamentares goianos, tanto da situação como da oposição, têm demonstrado apoio à luta pela representação política da capital Federal, permitindo a eleição de uma Assembléia Legislativa e representantes na Câmara e no Senado. A nível da oposição, os irmãos Santillo sempre foram empenhados na causa. No PDS, o deputado Siqueira Campos declarou-se favorável, embora dificilmente se rebelde contra a orientação do partido. O senador José Caixeta, embora não participe dessa votação na Câmara, afirmou que daria voto favorável, caso o projeto fosse aprovado e levado ao Senado. Da mesma forma o deputado Anísio de Sousa, que afirmou: "Sou favorável às eleições. Se existem 500 mil eleitores, é justo que queiram exercer esse direito".

O senador José Caixeta tem outra explicação para apoiar a representação política para o DF. Segundo ele, já é tão grande o número de eleitores do município de Luziânia residentes no DF, que tem provocado um verdadeiro desequilíbrio político: "ansiosos por votar, centenas de brasileiros transferem seus títulos para Luziânia e lá comparecem em dia de eleição, canalizando votos ideológicos, já definidos, sem nenhuma identidade com os candidatos da região".

Furlan: Planalto define aprovação

O Senador Amaral Furlan, autor da emenda que proporciona a regulamentação da vida partidária no Distrito Federal, só tem uma explicação para o fato de que seu projeto estar parado na Câmara há dois anos: "deve ser uma orientação vinda do próprio Palácio do Planalto; porque aqui no Congresso já foi inteiramente aprovado".

Essa posição de acatamento do sinal vermelho do Planalto, segundo Furlan, reflete porém uma deficiência política do partido governista: "hoje, no DF, os partidos de oposição estão muito mais avançados que o PDS". Prova disso é o fato de que o PT e o PMDB já têm diretórios organizados em todas as cidades-satélites, enquanto o PDS continua filiando seus membros residentes na capital ao Diretório Nacional.

PRIMEIRO PASSO

Para o senador paulista, a organização e regulamentação dos partidos é o primeiro passo para a conquista da Representação Política: "com os partidos organizados, a luta será conduzida por eles mesmos, de forma organizada e com maior poder de pressão".

Além disso, argumenta, "a função do partido não é exclusivamente parlamentar, como apregoam por aí. E preciso divulgar os programas e as doutrinas, para que o morador de Brasília, mesmo votando em outro Estado, tenha condições de fazer uma opção consciente".